A história do conceito de história*

Flávia Renata Machado Paiani**

KOSELLECK, Reinhart; MEIER, Christian; GÜNTHER, Horst; ENGELS, Odilo. *O conceito de História*. Trad. René E. Gertz. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. 230 p.

O historiador, filósofo e político italiano, Benedetto Croce (1866-1952), inspirou-se na filosofia hegeliana para sua concepção teórico-metodológica da história. Aqui nos interessa aquele aspecto do pensamento de Hegel que concebe o conceito como um “universal-concreto”, no sentido de estabelecer “a ligação entre as concretas particularidades do mundo empírico e os princípios gerais do Pensamento” (CONSTANTINO, 2013, p. 286). Assim, temos que o Idealismo croceano perceberia o conhecimento sempre como “conhecimento de conceitos e por meio de conceitos” (CONSTANTINO, 2013, p. 286).

No entanto, este pressuposto não redundaria em uma história dos conceitos. Mais que mera expressão, a *Begriffsgeschichte* trata-se de uma disciplina que deve determinada parcela da intelectualidade alemã (historiadores, filósofos, linguistas, juristas) seus primeiros empreendimentos de vulto já em meados do século XX. Prevaleria aqui uma preocupação com “as mutações de termos e significados em sua relação com o invólucro sociocultural” (ASSIS; MATA, 2013, p. 10). Nesse sentido, o “conceito” seria compreendido não propriamente na acepção hegel-croceana, uma vez que o filósofo alemão, assim como Dilthey, era passível de críticas pela “baixa contextualização de ideias e conceitos utilizados no passado, no anacronismo daí derivado e na insistência

* Resenha recebida em 02/02/2014. Aprovada em 11/07/2014.

** Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História da PUC/RS, Porto Alegre/RS, Brasil. Bolsista da Capes/Brasil. E-mail: flavia.paiani@acad.pucrs.br

metafísica da essencialidade das ideias” (JASMIN, 2005, p. 31). O “conceito” seria, antes, compreendido como “resultado de um processo de teorização” na descrição de uma “experiência histórica concreta” (KOSELLECK, 1992, p. 135-136). Desse modo, teríamos um conceito que guardaria em si uma experiência empírica que lhe seria correspondente, da qual decorreria “seu caráter único articulado ao momento de sua utilização” (KOSELLECK, 1992, p. 138). Daí que, para entendermos o conceito de história (ou, precisamente, a história do conceito de história), devemos entender as variações de seus usos e significados ao longo do tempo.

O quarteto germânico, Christian Meier, Odilo Engels, Horst Günther e Reinhart Koselleck, incumbiu-se de mostrar ao leitor tais transformações a partir de quatro grandes seções, que vão desde a Antiguidade até a Modernidade “tardia”, dedicadas ao verbete *Geschichte, Historie*. Do verbete em alemão (que consta no segundo dos 8 volumes da obra de referência *Conceitos históricos fundamentais: léxico histórico da linguagem político-social na Alemanha*, editada entre 1972 e 1997) resultou a versão brasileira do livro, publicado em 2013, com o título *O conceito de história*, que unifica os dois termos. Afinal, *Geschichte* é história, assim como o é *Historie*. Todavia, os autores do prefácio anteciparam seus significados “à luz da modernidade”, tal qual desenvolvido por Koselleck no Capítulo V – A configuração do moderno conceito de História. Se, em um momento anterior, *Geschichte* referia-se ao “conjunto de acontecimentos”, enquanto *Historie* referia-se ao “conhecimento, narrativa e ciência” da história, temos a fusão de ambos sob o mesmo conceito, *Geschichte*, consolidado no último terço do século XVIII. Também a forma singular passa a predominar (temos *die Geschichte* como singular coletivo) e a abarcar “a soma das histórias individuais” (KOSELLECK, 2013, p. 119). Claro que, para chegarmos até aí, houve um longo percurso que Meier (Antiguidade), Engels (Idade Média) e Günther (início da Idade Moderna) empenharam-se em mostrar em suas

respectivas seções. Contudo, poderíamos nos questionar em que medida a língua alemã teria sido “pioneira na disponibilização de um conceito coletivo-singular de história”, uma vez que Jan Marco Sawilla afirma que a língua francesa já fazia uso do termo *histoire* no último terço do século XVII com o mesmo sentido que os germanófonos utilizariam o conceito *Geschichte* um século mais tarde (ASSIS; MATA, 2013, p. 14).

Não traçarei aqui uma síntese das principais transformações e ressignificações do conceito de acordo com cada seção ou autor. Prefiro, antes, destacar dois aspectos da publicação. O primeiro relaciona-se ao fato de que o livro é o décimo da Coleção História e Historiografia, coordenada por Eliana de Freitas Dutra, da Universidade Federal de Minas Gerais. Enfatizo o número porque se trata de uma coleção com 10 títulos, mas os 9 anteriores pertencem exclusivamente a autores do universo francófono: Jean-Yves Mollier, Antoine Prost, Michel de Certeau, Arlette Farge, Sabina Loriga, Serge Gruzinski, Marcel Detienne e François Hartog (este com direito a 2 títulos: *Evidência da história e Regimes de historicidade*). Se, por um lado, a coleção tem o mérito de oportunizar aos leitores brasileiros uma série de livros relevantes até então não traduzidos no país, por outro, ela não diversifica o rol de contribuições, as quais ficam circunscritas à língua francesa, tornando-se sintomáticas da ascendência de determinado pensamento sobre a história e a historiografia brasileiras.

Nesse contexto, é louvável o esforço para traduzir e publicar um título de língua alemã. Koselleck já era “conhecido” nosso e é seu nome que capitaneia os outros na capa brasileira do livro. Conhecíamos o historiador alemão devido, em parte, a esforços prévios em traduzi-lo no Brasil, tais como *Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*, publicado pela Contraponto em 1999, e *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*, publicado pela Contraponto e pela PUC-Rio, em 2006. Todavia, reside aí a sensação de *déjà-vu*: subdividida em dois capítulos, a seção incumbida a

Koselleck em *O conceito de história* não nos traz muita novidade, porque já fora, de certo modo, abordada na edição brasileira de *Futuro passado*. O diferencial do livro da editora Autêntica recai, afinal, sobre a presença e a contribuição de intelectuais ainda pouco conhecidos entre nós (e que, por isso mesmo, merecem ser lidos), como Meier, Engels e Günther.

Aqui destaco o segundo aspecto da publicação que considero relevante: o prefácio. Este ficou a cargo de Arthur Alfaix Assis, doutor em história pela Universidade de Witten, sob a orientação de Jörn Rüsen e Sérgio da Mata, doutor em história pela Universidade de Colônia com pós-doutorado também na Alemanha. Os professores da Universidade de Brasília e da Universidade Federal de Ouro Preto, respectivamente, iniciam o texto pensando nos desafios de uma “história da história dos conceitos” (história essa que eles efetivamente esboçam ao historicizarem algumas iniciativas dos séculos XVIII e XIX até a consolidação da história dos conceitos enquanto disciplina autônoma na década de 1970). Eles apresentam ao leitor o contexto de escritura do verbete *Geschichte, Historie*, ressaltando a “incomum disposição para o trabalho em conjunto” dada a dimensão do projeto coletivo que o léxico dos conceitos políticos envolveu (ASSIS; MATA, 2013, p. 15). Este é o gancho para os autores do prefácio esboçarem uma breve biografia acadêmica dos editores do léxico: Otto Brunner, Werner Conze e, claro, Reinhart Koselleck.

No caso de Koselleck, os autores do prefácio detêm-se de modo mais detalhado em sua biografia e tocam em um ponto de suma importância: a “experiência de guerra” e a “derrocada da Alemanha” em 1945. Na juventude, Koselleck servira o exército nacional-socialista e, após ingressar na Universidade de Heidelberg, em 1947, fora influenciado pelo “jurista maldito” Carl Schmitt, assim considerado pela sua proximidade com o regime nazista. A partir do “diagnóstico schmittiano”, Koselleck defendeu sua tese de doutorado em 1953, chamando a atenção para a “nocividade dos conceitos estruturantes

das ideologias políticas modernas”, em que o liberalismo, o comunismo e o nacional-socialismo seriam sintomáticos da crise do “utopismo iluminista”, segundo Assis e Mata (2013, p. 20-22). Pois bem, algumas páginas depois, a última parte do prefácio retoma precisamente a orientação nacional-socialista dos “principais inspiradores da virada teórico-metodológica” experimentada pela história dos conceitos, a saber, Erich Rothacker, Brunner, Koselleck e Schmitt. Aqui, os professores brasileiros suscitam um ponto polêmico a partir da questão por eles formulada:

Essa associação entre história dos conceitos e a chamada “Revolução conservadora” da República de Weimar e a sua continuação sob o nacional-socialismo terá contribuído para o grau de reconhecimento relativamente modesto de que gozou o projeto do léxico no meio historiográfico alemão entre as décadas de 1970 e 1990? (ASSIS; MATA, 2013, p. 32).

A esta pergunta, os autores do prefácio fornecem uma resposta categórica que toca nos limites éticos da ciência da história: “É rigorosamente irrelevante para a história da historiografia (...) a tentativa de valorar a contribuição dos pais fundadores (...) a partir de critérios extracientíficos” (ASSIS; MATA, 2013, p. 32). Essa afirmação toca em dois pontos que extrapolam originalmente a publicação do verbete no Brasil, mas que merecem ser colocados porque incidem no modo como nos relacionamos com o fazer historiográfico e com a ética imbricada nesse intento. O primeiro ponto é quando o historiador Allan Megill nos fala, por exemplo, do caso do médico austríaco Heinrich Gross, acusado de eutanasiar, durante a Segunda Guerra Mundial, uma série de crianças que apresentavam alguma característica encarada como deficiência física ou mental. Após a Segunda Guerra, o médico em questão, falecido em 2005, não apenas lecionou na Universidade de Viena, como também manteve estreita relação com a justiça vienense ao atuar como psiquiatra no fornecimento dos perfis psicológicos dos réus.

Para Megill, o problema desse caso residiu no “fracasso crítico” (*critical failure*), principalmente por parte dos historiadores austríacos, cuja profissão deveria ter como função resistir aos lugares-comuns da política em prol de uma investigação do passado levada a cabo com rigoroso cuidado e exatidão (MEGILL, 2007, p. 24). O que dizer, porém, dos intelectuais (historiadores, inclusive) que não eutanasiaram crianças, mas que nutriam simpatias pelo regime responsável por esse tipo de prática? E como o historiador lida com o avanço do conhecimento histórico propiciado por esse grupo de intelectuais? Daí que Assis e Mata reformulam a pergunta inicialmente posta, deslocando a ênfase da recepção para a autoria: “por que a (re)descoberta da linguagem enquanto potência histórico-social foi originalmente realizada por acadêmicos do campo conservador?” (ASSIS; MATA, 2013, p. 32-33).

Eis, assim, o segundo ponto que eu pretendo levantar: a reformulação da questão não retira a legitimidade da pergunta anterior, porquanto a resposta primeiramente dada permanece incômoda. Se levarmos em consideração que a imagem que estampa a capa da edição brasileira do verbete remete ao Memorial do Holocausto, torna-se inevitável não associarmos ao próprio conceito de história pós-1945 certos critérios extracientíficos que o envolvem. Desse modo, a emissão de juízo de valor acerca da contribuição dos pais fundadores da história dos conceitos requer, afinal, ser também historicizada.

Referências

ASSIS, Arthur Alfaix; MATA, Sérgio da. Prefácio: O conceito de história e o lugar dos *Geschichtliche Grundbegriffe* na história da história dos conceitos. In: KOSELLECK, Reinhart et al. *O conceito de história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. p. 9-34.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. Benedetto Croce. In: MALERBA, Jurandir (Org.). *Lições de História*. Da história científica à crise da razão metódica no limiar do século XX. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Edipucrs / Ed. FGV, 2013. p. 273-295.

JASMIN, Marcelo Gantus. História dos conceitos e teoria política e social. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 20, n. 57, p. 27-38, fev. 2005.

KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 134-146, 1992.

MEGILL, Allan. *Historical Knowledge, Historical Error: A Contemporary Guide to Practice*. London/Chicago: The University of Chicago Press, 2007.